

RECURSO ESPECIAL Nº 1.564.108 - SP (2015/0274488-2)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECORRENTE : LUIZ ANTONIO PANELLI AZEVEDO MARQUES
ADVOGADO : CRISTIANE TAVARES MOREIRA - SP254750
RECORRIDO : BANCO DO BRASIL SA
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : EDUARDO JANZON AVALONE NOGUEIRA E OUTRO(S) - SP123199
AGRAVADO : LUIZ ANTONIO PANELLI AZEVEDO MARQUES
ADVOGADO : CRISTIANE TAVARES MOREIRA - SP254750

EMENTA

DIREITO BANCÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO DE MÚTUO HABITACIONAL. SFH. CORREÇÃO DO SALDO DEVEDOR. APLICAÇÃO DO PES. INVIABILIDADE. TR. VALIDADE. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS VEDADA. TABELA PRICE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7/STJ. CORREÇÃO DO SALDO DEVEDOR EM MARÇO/1990. APLICAÇÃO DO IPC.

1. Ação de revisão de contrato de mútuo habitacional.
2. O Plano de Equivalência Salarial não constitui índice de correção monetária, mas regra para cálculo das prestações a serem pagas pelo mutuário. A atualização do saldo devedor dos contratos, mesmo regidos pelo Plano de Equivalência Salarial, segue as regras de atualização próprias do Sistema Financeiro de Habitação (REsp 495.019/DF, 2ª Seção, DJ de 06/06/2005).
3. No âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, a partir da Lei 8.177/91, é permitida a utilização da Taxa Referencial (TR) como índice de correção monetária do saldo devedor. Ainda que o contrato tenha sido firmado antes da Lei n.º 8.177/91, também é cabível a aplicação da TR, desde que haja previsão contratual de correção monetária pela taxa básica de remuneração dos depósitos em poupança, sem nenhum outro índice específico (REsp 969.129/MG, 2ª Seção, e Súmula 454/STJ).
4. Nos contratos celebrados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, é vedada a capitalização de juros em qualquer periodicidade. Não cabe ao STJ, todavia, aferir se há capitalização de juros com a utilização da Tabela Price, por força das Súmulas 5 e 7 (REsp 1.070.297/PR, 2ª Seção, DJe de 18/09/2009).
5. O IPC de março de 1984, no percentual de 84,32%, é o índice que deve ser utilizado para correção do saldo devedor e do valor das prestações dos contratos de mútuo firmados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, afastando-se a aplicação do BTNF nos aludidos contratos (EResp 218.426/SP, Corte Especial, DJ de 19/04/2004).
6. Recurso especial conhecido e não provido.

DECISÃO

Superior Tribunal de Justiça

Cuida-se de recurso especial interposto por LUIZ ANTONIO PANELLI AZEVEDO MARQUES, com fundamento nas alínea "a" e "c" do permissivo constitucional.

Recurso especial interposto em: 04/09/2013.

Atribuído a esta Relatora em: 09/09/2019.

Ação: de revisão contratual, ajuizada pelo recorrente em face do BANCO DO BRASIL, fundada em contrato de mútuo habitacional.

Sentença: julgou improcedente os pedidos iniciais.

Acórdão: deu parcial provimento à apelação interposta pelo recorrente, nos termos da presente ementa:

FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO. Ação revisional cumulada com repetição de indébito. 1. Contrato de financiamento imobiliário. PES/CP - Plano de Equivalência Salarial da Categoria Profissional. Reajuste das prestações por índices e critérios não permitidos. Ausência de prova hábil nesse sentido. Existência, ainda de planilhas demonstrando pagamento com valores iguais e consecutivos, portanto substancialmente em conformidade com as políticas de reajuste salarial editadas pelo governo. 2. Coeficiente de Equivalência Salarial - CES. Admissibilidade da sua cobrança por se constituir num fator numérico que tem a finalidade exclusiva de reduzir as diferenças decorrentes do reajustamento das prestações e o reajustamento do saldo devedor. 3. Contrato com cláusula de reajuste pelos índices da caderneta de poupança. Superveniência de lei inserindo a variação da TR no cômputo dos referidos saldos de conta poupança. Inocorrência de lesão ao direito adquirido ou retroatividade. 4. Forma de amortização com precedência da atualização do saldo devedor. Admissibilidade, sob pena de gerar corrosão inflacionária da moeda e amortização além do devido. 5. Índice de Preços ao Consumidor de 84,32% em março de 1990 (Plano Collor). Admissibilidade. Índice adotado para remuneração das contas de poupança desde o advento da Lei nº 7.730/89 (art. 17, III) e não revogado pela Lei nº 8.024/90 (art. 6º §§ 1º e 2º). 6. URV (Unidade Real de Valor). Não comprovação das perdas salariais alegadas pela conversão para tal índice. 7. Utilização da Tabela Price. Cabimento. Capitalização. Inocorrência. 8. Cobrança dos prêmios do seguro. Legalidade. 9. Execução extrajudicial com base no Dec.-Lei nº 70/66. Possibilidade. Inocorrência de afronta legal ou constitucional. Controle jurisdicional da execução garantido, embora a posteriori. 10. Amortização negativa substancial. Inadmissibilidade, sob pena de gerar capitalização mensal. Devem os juros gerados mensalmente ser levados ao saldo devedor, porém, em conta separada, sem que sobre eles incidam novos juros mensais, sofrendo, no entanto,

as correções monetárias segundo o contrato. Recurso parcialmente provido.

Recurso especial: alega violação dos arts. 5º, e 6º, da Lei 4.380/64; 9º e 10, § 1º, do DL 2.164/84; 4º do DL 22.626/33. Sustenta: (i) a impossibilidade de aplicação da TR como índice de correção monetária; (ii) que o saldo devedor deve ser corrigido conforme a variação do salário mínimo ou da categoria profissional do mutuário; (iii) a inviabilidade de aplicação do Sistema Price como método de amortização; (iv) a ilegalidade da capitalização de juros, que resulta, na hipótese, da aplicação da Tabela Price e da TR; (v) deve ser aplicado o BTN-F para corrigir o saldo devedor entre março e abril de 1990.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Julgamento: aplicação do CPC/73.

- Da orientação consolidada pela jurisprudência do STJ

A jurisprudência do STJ, a respeito da matéria impugnada pelos recorrentes, firmou-se no sentido de que:

(i) o Plano de Equivalência Salarial não constitui índice de correção monetária, mas regra para cálculo das prestações a serem pagas pelo mutuário. A atualização do saldo devedor dos contratos, mesmo regidos pelo Plano de Equivalência Salarial, segue as regras de atualização próprias do Sistema Financeiro de Habitação (REsp 495.019/DF, 2ª Seção, DJ de 06/06/2005);

(ii) no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, a partir da Lei 8.177/91, é permitida a utilização da Taxa Referencial (TR) como índice de correção monetária do saldo devedor. Ainda que o contrato tenha sido firmado antes da Lei n.º 8.177/91, também é cabível a aplicação da TR, desde que haja previsão contratual de correção monetária pela taxa básica de remuneração dos depósitos em poupança, sem nenhum outro índice específico (REsp 969.129/MG, 2ª Seção, e Súmula 454/STJ);

Superior Tribunal de Justiça

(iii) nos contratos celebrados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, é vedada a capitalização de juros em qualquer periodicidade. Não cabe ao STJ, todavia, aferir se há capitalização de juros com a utilização da Tabela Price, por força das Súmulas 5 e 7 (REsp 1.070.297/PR, 2ª Seção, DJe de 18/09/2009);

(iv) o IPC de março de 1984, no percentual de 84,32%, é o índice que deve ser utilizado para correção do saldo devedor e do valor das prestações dos contratos de mútuo firmados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, afastando-se a aplicação do BTNF nos aludidos contratos (EREsp 218.426/SP, Corte Especial, DJ de 19/04/2004).

Logo, alinhando-se à jurisprudência desta Corte, não merece reforma o acórdão recorrido.

Forte nessas razões, CONHEÇO do recurso especial e, com fundamento no art. 932, IV, "a", do CPC/15, bem como na Súmula 568/STJ, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora